

**DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DE UMA  
ESTRATÉGIA COMUM DE DEFESA  
REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL:  
ENFOQUE NA QUESTÃO DAS EMPRESAS  
MILITARES PRIVADAS E NA GEOPOLÍTICA  
COLOMBIANA**

**Fernando Marcelino**

---

Bacharel em Relações Internacionais,  
Mestrando em Ciência Política (UFPR)

Recebido em: 21 de out. 2011

Aceito em: 29 de nov. 2011

## RESUMO

Este artigo analisa alguns desafios da agenda de defesa sul-americana focalizando o caso colombiano. Partindo de um breve histórico dos desafios do Conselho Sul-Americano de Defesa e do Centro Sul-Americanos de Estudos Estratégicos de Defesa na UNASUL, debatem-se as transformações das políticas de segurança na conjuntura pós-guerra fria e os reflexos regionais nos projetos de defesa na América do Sul, a luz do papel das empresas militares privadas no projeto de militarização regional impulsionada pela geopolítica colombiana articulada com os Estados Unidos. Aponta-se a importância da criação de mecanismos de regulação das atividades militares privadas por meio da UNASUL como um importante instrumento da segurança regional sul-americana.

**Palavras-chave:** UNASUL, segurança regional sul-americana, empresas militares privadas, Colômbia.

## ABSTRACT

*This article analyses some challenges present on the south-american defense agenda, focusing on the colombian case. Starting from a brief history of the challenges of the South-American Defense Council and the South-American Center of Strategic Defense Studies of UNASUL, we intend to discuss the transformations of the security politics in the post-cold-war period and the regional reflexes of the defense projects in South America, taking in account the role of the private military enterprises in the project of regional militarization impulsioned by the Colombian geopolitic articulated with the United States. We point out the importance of the creation of means of regulation of the private military activities through UNASUL as an important instrument of the south-american regional security.*

**Keywords:** *UNASUL, south-american regional security, private military enterprises, Colombia.*

### **RESUMÉ**

*Cet article analyse certains défis de l'agenda de défense sud-américain, se concentrant sur le cas colombien. En commençant par un bref historique des défis du Conseil sud-américain de la Défense et du Centre d'Études Stratégiques de l'UNASUR, nous discutons les changements dans les politiques de sécurité dans le période post-guerre froide et les réflexions régionales des projets de défense en Amérique Sud, entendant le rôle des sociétés militaires privées dans le projet de militarisation régionale conduit par la géopolitique colombienne articulée avec les États Unis. Nous soulignons l'importance de créer des mécanismes de régulation des activités de les entreprises militaires privées par UNASUL comme un instrument importante pour la sécurité régionale sud-américaine.*

**Mots-clés:** *UNASUL, sécurité régionale sud-américaine, entreprises militaires privées, Colombia.*

## 1 INTRODUÇÃO

As questões relativas à “segurança” tomam uma dimensão cada vez mais central na resolução dos conflitos nacionais e internacionais na atualidade. Desde o início do contexto pós-guerra fria no final dos anos 80 (século XX), a noção de “segurança” tomou cada vez mais uma maior proporção ao englobar uma enorme diversidade de processos além da clássica preocupação com a soberania das nações: segurança energética, segurança migratória, segurança urbana, segurança alimentar, biossegurança, segurança humanitária, cibersegurança, segurança ecológica, segurança das propriedades intelectuais e genéticas, segurança privada, etc. É possível afirmar que uma das principais marcas desse período é uma generalizada securitização desigual do sistema mundial da dimensão mais micro (biogenética e cibernética) à macro (órgãos de defesa e segurança internacional, atividades extramilitares em diversos países, satélites de segurança). Por essas amplas transformações, o tópico sobre as políticas de segurança regional é crucial, ainda mais no contexto sul-americano. Estamos diante de uma importante possibilidade histórica de estabelecermos uma crescente imbricação entre as políticas externas e internas dos países sul-americanos e encontrar conjuntamente os interesses na integração regional com uma perspectiva emancipatória. Por isso, este artigo se divide em quatro partes além desta introdução. A primeira faz um resgate histórico do Conselho Sul-Americano de Defesa e do Centro de Estudos Estratégicos levantando alguns desafios na formulação de uma unidade de defesa pela via da UNASUL. A segunda parte aborda alguns elementos da conjuntura sul-americana procurando encontrar semelhanças e diferenças de fundo entre os projetos sociopolíticos e de defesa da região focalizando o caso da Colômbia. Na terceira parte, faz-se um histórico recente das transformações das políticas de segurança no contexto pós-guerra fria e abordam-se as dificuldades de criação de um estratégia de defesa comum diante da expansão de agentes extramilitares, em especial as

empresas militares privadas. Na conclusão aponta-se a necessidade de criação de mecanismos legais que controlem a atuação desses agentes de segurança privada por impulsionarem focos de ameaça à segurança regional.

## **2 DESAFIOS DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E TEMAS VITAIS PARA O CENTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA**

Com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o processo de integração deu novos passos. A UNASUL amplia as experiências da Comunidade Andina (CAN) e do MERCOSUL superando os objetivos de integração estritamente comercial e buscando incluir novas agendas como a identidade e cidadania sul-americana, promoção e fortalecimento legalista da democracia, meio ambiente, e, mais recentemente depois de dezembro de 2008 com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), a integração para a Defesa Regional. Diferentemente das iniciativas anteriores de segurança regional, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Junta Interamericana de Defesa (JID), o CDS é a primeira instituição integrada exclusivamente por países sul-americanos, indicando a crescente importância dos temas de defesa na região. O CDS foi criado como um “órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa” integrante da institucionalidade e dos princípios da UNASUL. De acordo com o documento constitutivo, os objetivos principais de sua criação são:

- a) a construção de uma Zona de Paz e Cooperação no subcontinente, pois essa seria a base para a estabilidade democrática e para o desenvolvimento integral dos povos sul-americanos, além de contribuir para a paz mundial;

- b) a construção de uma identidade sul-americana em defesa, que considere as características sub-regionais e nacionais, contribuindo para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe;
- c) a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

Além dos objetivos gerais, foram definidos onze objetivos específicos. Entre esses princípios incluem-se o respeito irrestrito à soberania, a não-intervenção em assuntos internos, a autodeterminação dos povos, a democracia, a subordinação das instituições de defesa à autoridade civil, a desnuclearização, a participação cidadã, a gradualidade e a flexibilidade. Em março de 2009, foi realizada a primeira reunião de ministros do CDS. O principal tema da agenda foi a definição do Plano de Ação 2009-2010. Nesse plano, foram definidos quatro eixos de ação e as iniciativas específicas para cada um deles. No eixo “políticas de defesa”, estabeleceu-se que o objetivo era fortalecer o diálogo, o intercâmbio de experiências e de informações entre os países. Quanto ao eixo “cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz” definiu-se que o objetivo era disseminar conhecimentos e experiências para a realização de ações futuras. No eixo “indústria e tecnologia de defesa”, foram fixadas duas tarefas específicas. A primeira propõe a elaboração de um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros, identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, com objetivo de promover a complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica. A segunda se refere à busca da promoção de iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação e produção da indústria de defesa entre os países membros do CDS. Por fim, o eixo “formação” está centrado na promoção da capacitação e no fomento e difusão de pesquisas em matéria de defesa e segurança.

Em setembro e novembro de 2009, foram celebradas duas reuniões extraordinárias de ministros das Relações

Exteriores e da Defesa da UNASUL, na cidade de Quito, Equador. Nelas, os ministros estabeleceram um mecanismo de Medidas de Fomento à Confiança e à Segurança (MFCS). O mecanismo criado prevê o aumento da transparência e da troca de informações entre os países sul-americanos. Para tanto, as seguintes medidas devem ser tomadas:

- a) fortalecer a troca de informações sobre os sistemas de defesa;
- b) aumentar a transparência sobre os gastos em defesa;
- c) aumentar o controle e a informação sobre as atividades militares intra e extrarregionais;
- d) tomar medidas no âmbito da segurança;
- e) estabelecer garantias quanto à manutenção da paz na região;
- f) estabelecer um mecanismo de cumprimento e verificação das ações empreendidas.

Essa experiência gera indagações. Como poderia avançar uma integração da segurança regional sul-americana hoje? Quais seriam os princípios fundamentais de uma política de defesa comum a países tão díspares como Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile, Bolívia, Uruguai, Equador, Peru, Guiana e Suriname? O que existe em comum em termos de política de defesa nesses países? Existem inimigos semelhantes no entendimento dos representantes institucionais e militares desses países? Em que bases se sustentaria uma estratégia comum de defesa regional? Quais são os principais enclaves para existir uma segurança regional positiva na América do Sul? Qual é o papel da sociedade civil organizada na orientação dessas políticas de defesa?

Algumas semanas depois da criação do CDS, foi proposta a criação de um Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos para a Defesa (CSEED). Como o CDS teria um caráter consultivo, cooperativo e coordenativo, qual seria o papel do CSEED? Na proposta apresentada pela delegação

argentina, no início de 2009, o CSEED deve desenvolver-se com apoio nos pressupostos do CDS, funcionando como uma instância de assessoramento e consulta. Suas três características principais seriam:

- a) avançar na definição e identificação do “interesse regional”, concebido como o somatório dos fatores de interesse nacional que são comuns aos países da UNASUL;
- b) monitorar, analisar e identificar os desafios e cenários relevantes para a defesa da região, tanto no presente como em médio e longo prazo; promover a construção de uma visão comum que possibilite a abordagem das políticas sul-americanas em matéria de defesa, segundo os princípios e objetivos expostos no Tratado Constitutivo do CDS e no Estatuto do CDS, construir uma fonte de produção teórica que sirva de consulta para os trabalhos que enfrente o CDS e que seja funcional às tarefas que solicite o CDS;
- c) elaborar estudos e levar adiante pesquisas de caráter regional e internacional em temáticas vinculadas à defesa; estabelecer relações institucionais e manter uma rede de intercâmbios com os Centros de Estudos Estratégicos Nacionais; administrar uma “sala de situação”, como ferramenta de monitoração permanente dessas situações, eventos, processos e tendências relacionadas à defesa e à paz regional e internacional, ficando à disposição dos ministros que compõem o CDS.

Assim, como assinala Alberto Palacios, essa proposta argentina enfatiza que o CSEED não teria o objetivo de substituir os Centros de Estudos Estratégicos Nacionais, mas de trabalhar com eles. Para a conformação do pessoal do CSEED, foi proposto que sejam militares e civis envolvidos com pesquisas e atuação profissional no âmbito da defesa,

sendo designados pelos ministros de Defesa. Sua estrutura seria composta de uma junta diretiva, conformada pelos membros da instância executiva do CDS, e uma junta executiva, conformada por um diretor e um subdiretor de nacionalidades diferentes e eleitos pela junta diretiva. Também foi proposto que a sede permanente e física do centro seja a cidade autônoma de Buenos Aires, Argentina, e que o orçamento do centro seja votado pelas contribuições dos Ministérios de Defesa participantes do CDS, por meio da Secretaria-Geral da UNASUL; comprometendo-se a República Argentina em financiar a estrutura básica de funcionamento do órgão. O CSEED manteria então:

- a) o controle civil sobre o desenvolvimento das pesquisas em questões estratégicas de defesa, garantido pela presidência do órgão como prerrogativa dos ministros de Defesa, cargos cada vez mais ocupados por civis;
- b) que o CSEED possa, progressivamente, coordenar e congregar os insumos produzidos pelos centros nacionais dos Estados membros da UNASUL, sem substituí-los;
- a) produzir insumos que sirvam para esclarecer e orientar o processo de tomada de decisões e execução das políticas de defesa de maneira consensual, neste caso, políticas sul-americanas (PALACIOS, 2010).

Naturalmente a segurança regional da América do Sul não diz respeito apenas aos militares e aos diplomatas. É importante que todos nós nos perguntemos quais seriam os mecanismos de segurança coletiva e os eixos estratégicos de uma política de defesa comum na América do Sul. Essa não é uma questão restrita a representantes institucionais e militares e deve envolver grupos sociais afetados por conflitos extra e intraestatais, acadêmicos e técnicos, a fim de gerar uma doutrina de autodefesa regional que seja uma alternativa viável na resolução de conflitos estatais, privados e

extraestatais. Algumas perguntas são cruciais, por exemplo: o que fazer com os grupos extramilitares na América do Sul que envolvem mercenários de empresas militares privadas dos Estados Unidos (EUA) e da Europa e que atuam na América Latina contra organizações voltadas à autonomia popular e à soberania nacional dos países? Como construir uma soberania sul-americana diante da necessidade de superar certos constrangimentos do sistema internacional? Enfim, é um enorme desafio chegar a um consenso numa região marcada por profundos contrastes quanto às percepções de quem são os inimigos e as ameaças à segurança regional, as estruturas militares, a correlação das forças sociais no interior dos países, a incipiência das doutrinas de defesa, o histórico diplomático, as lutas sociais e insurgências internas, o aumento dos gastos de renovação do aparato militar e policial, as complexas relações com os EUA, os projetos sociopolíticos hegemônicos em disputa na região além dos atores e organizações internacionais (estatais e não estatais) que influenciam os integrantes da UNASUL de diversas formas.<sup>1</sup>

Pode-se entender que a visão brasileira geral de uma estratégia de defesa sul-americana foi sintetizada pelos pronunciamentos de Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa. Esse conselho é uma contribuição a uma identidade de defesa sul-americana assentada em três áreas principais: a amazônica, a andina e a do Rio da Prata. A proposta

---

<sup>1</sup> Essas são dificuldades pelas quais, de certa forma, passam outras experiências de integração regional: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) não é dirigida contra nenhum país ou bloco e aparece como uma entidade institucionalmente flexível capaz de conjugar diversos interesses de seus participantes da Ásia Central. A OCX adentra numa área de mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, um contingente humano de aproximadamente 25% da população mundial – sem contar os membros observadores. Na parte econômica, essa cooperação ganha dinamismo, impulsionada pela riqueza de hidrocarbonetos, recursos minerais e agrícolas. Articulada principalmente por China e Rússia é uma experiência que tenta superar a antiga relação sino-russa e construir relações informais e flexíveis de integração regional (MARCELINO, 2011).

brasileira para o conselho iria tentar articular medidas para aumentar a confiança entre os países incluindo políticas de defesa comum, como preparação e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz da ONU, integração das bases industriais de defesa, análise dos aspectos nacionais, regionais e sub-regionais nas áreas de defesa, além de ações coordenadas contra ameaças à segurança dos Estados e atuação em fóruns multilaterais de segurança e defesa. Muitas vezes foi frisado que o conselho não teria como objetivo a criação de uma aliança militar clássica, como a OTAN, mas a integração no treinamento e na estratégia de defesa conjunta que “seja capaz de dissuadir eventuais iniciativas externas contrárias aos interesses do subcontinente.” Em suma, o Conselho de Defesa não se apresenta como uma aliança militar convencional – sem a existência de forças expedicionárias ou de intervenção no continente –, mas como uma certa coordenação militar regional na área da defesa continental e de cooperação nas áreas da segurança e defesa. As principais atribuições do CDS são: elaboração de políticas de defesa conjunta nos assuntos da segurança continental, intercâmbio de informações e pessoal entre as forças armadas locais, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa, integração das indústrias de material de defesa, medidas de fomento de cooperação e confiança, apoio e ajuda em casos de acidentes e catástrofes naturais, etc. Seus objetivos são amplos e recolocam na agenda sul-americana a questão da segurança regional com base na singular situação sul-americana. Por isso, a decisão sul-americana de estimular mecanismos de prevenção e resolução de crises, preferindo a UNASUL em detrimento da OEA necessita de orientações e princípios gerais no terreno da defesa regional considerando que no ambiente regional sul-americano existem projetos e países tão diferentes que suas políticas de segurança refletem diferentes prioridades. Existe o desafio de que essa experiência não seja um fracasso e consiga estabelecer num médio prazo a superação

dos conflitos militarizados na região num contexto de militarização social, considerando-se a enorme diversidade de temas para uma política de segurança regional que ainda depende de fatores econômicos, políticos e ideológicos.

### 3 CONJUNTURA SUL-AMERICANA

É necessário ter em mente que existem diferentes orientações político-ideológicas na América do Sul, depois do contexto dos anos 90, quando a orientação estadunidense em relação à América do Sul foi amplamente cumprida pelas “novas democracias” com a privatização dos Estados e o aumento dos constrangimentos à soberania nacional dos países em quase todas as nações da região. Conforme Moniz Bandeira (2008, p. 17):

Dentro de tal moldura econômica, os países da América do Sul deviam abdicar de sua soberania, desarmando-se militarmente e aceitando retirar do Poder Judiciário nacional e transferir para uma comissão internacional de arbitragem a capacidade de julgar e decidir qualquer litígio entre o Estado nacional e as megaempresas multinacionais dos Estados Unidos.

Qualquer política de segurança regional não pode desconsiderar a capacidade de intervenção dos EUA nos assuntos sul-americanos. A extensão de seu poder econômico, político, ideológico e militar na região faria de tudo para inviabilizar – como muitas vezes faz – qualquer ação conjunta que aponte para a construção de uma soberania sul-americana e que problematize o papel dos EUA no continente. Afinal, não nos enganemos com a conjuntural prioridade dos EUA aos assuntos do Oriente Médio e da Ásia. Como afirma Samuel Pinheiro Guimarães (2000, p. 99), a América Latina é de fato a zona estratégica mais importante para os EUA.

Diferentemente dos anos 90, na América do Sul o século XXI começou com um período de prolongada

instabilidade diante do esgotamento do neoliberalismo e das dificuldades de construção de projetos alternativos. O ciclo de crises regionais, da crise mexicana de 1994, brasileira em 1999 e argentina em 2001 configuraram uma crise ideológica do neoliberalismo e de suas promulgadoras elites. Profundos distúrbios políticos desvelaram o caráter socialmente destrutivo do neoliberalismo periférico na Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador. Processos eleitorais com vitórias da oposição no Brasil, Uruguai e Nicarágua iniciaram uma contraditória virada ideológica que vem sendo denominada de “pós-neoliberal”. Isso num contexto de orientação dos “interesses nacionais” dos EUA voltados principalmente à China e ao Oriente Médio. Mesmo assim, em 2004 o governo Bush expandiu o Plano Colômbia para assegurar a estratégia dos EUA de presença militar na América do Sul e mais especialmente na Amazônia num processo de militarização da região. Por outro lado, a recusa da ALCA assegurou o fim da neoliberalização aberta e irrestrita de parte do continente. A expansão descontrolada do neoliberalismo na América Latina precipitou rapidamente sua crise de legitimação em diversos países pela ampla desregulamentação dos mercados de trabalho, privatização generalizada de setores estratégicos da economia nacional, ataques aos movimentos sociais combativos, sucateamento estatal, abertura financeira aos “livres mercados, expansão da dívida externa e adesão às políticas estadunidenses de integração continental. Da crise de legitimação prematura do neoliberalismo periférico latino-americano abriram-se diversos espaços de disputa política para a construção de alternativas “pós-neoliberais”, ao mesmo tempo em que se aprofundava a ofensiva norte-americana contra as “narcoguerrilhas” em especial na Colômbia hiperneoliberal aumentando os interesses hostis à soberania sul-americana.

É verdade que o termo “pós-neoliberal” corre o risco de centralizar as discussões, se algo é “pós” ou “neo”, mas é crucial lembrar que o “pós-neoliberal” continua tendo profundas determinações do “neoliberal” e não constitui nem um programa coerente contra o neoliberalismo nem uma

estratégia positiva para além do capitalismo. As experiências pós-neoliberais se caracterizam ao mesmo tempo pela recusa retórica do neoliberalismo e por conter muitos de seus traços fundamentais. Para Emir Sader, existem duas vertentes do campo pós-neoliberal na América Latina: Brasil, Argentina, Uruguai por um lado e Venezuela, Bolívia, Equador por outro. Na primeira, existiriam governos antineoliberais, cujas políticas buscam a superação desse modelo; na segunda, existiriam governos também com a pretensão de ser anticapitalista. Para ambas as vertentes, o principal eixo político da América Latina seria o enfrentamento entre o neoliberalismo e o pós-neoliberalismo. Comentando esse processo no Brasil, Sader (2011, p. 125) escreve:

Sem uma estratégia pré-definida, Lula buscou avançar pelas linhas de menor resistência. Centrou seu governo em dois eixos fundamentais, que o diferenciou dos governos neoliberais e o aproximou dos novos governos latino-americanos. Eixos que representam os elos mais frágeis do neoliberalismo: a prioridade das políticas sociais ao invés da do ajuste fiscal e a prioridade dos processos de integração regional em lugar dos tratados de livre comércio com os Estados Unidos. São essas as duas características comuns aos governos latino-americanos que podemos caracterizar como pós-neoliberais. É o caso da Venezuela, do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Equador, que em seu conjunto mudaram a fisionomia do continente e se constituem no único núcleo regional atual de resistência ao neoliberalismo.

Sader está correto ao caracterizar esses regimes de pós-neoliberais por abandonarem em parte a retórica dos livres mercados, criarem políticas de integração regional e de assistencialismo social. Nessa situação paradoxal, por mais que o neoliberalismo permaneça hegemônico em grandes partes do mundo, o pós-neoliberalismo já apresenta amostras em alguns países sul-americanos, e a própria UNASUL representa uma parte de tal processo. Entretanto, considerar que essas duas vertentes constroem o mesmo caminho “pós-

neoliberal” é o papel do Brasil na reconstrução do capitalismo regional, priorizando os interesses das elites ligadas à burguesia financeira, industrial e agrária que atuam dentro e fora do País, procurando melhor se posicionar na hierarquia internacional das nações e mesclando estabilidade política, crescimento econômico e extrema concentração de riqueza. No caso brasileiro, essa virada “pós-neoliberal” se combina com o estabelecimento do capitalismo monopolista ocorrendo uma reformulação de sua ação subimperialista.

Ruy Mauro Marini (1974) costumava definir o subimperialismo como a “forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e capital financeiro” desdobrando-se em:

- a) exercício de uma política externa expansionista relativamente autônoma;
- b) uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais capazes de apontar nos mercados externos como forma de resolver as contradições internas
- c) contextos de luta de classes em que o que as alianças da burguesia se dão pela ampliação do mercado externo.

No caso do subimperialismo pós-neoliberal brasileiro esse processo coincide com orientação da política externa brasileira de maior destaque internacional – busca pelo assento no Conselho de Segurança da ONU e comando das tropas MINUSTAH para a “estabilização social” do Haiti desde 2004 – e consolidação de uma fração local da burguesia que retoma o interesse no mercado externo por meio da exportação de capitais, principalmente na forma de investimentos diretos. O aumento da composição orgânica das empresas brasileiras transnacionais ampliou a escala da massa de valor em busca de valorização, recolocando a insuficiência do mercado interno para a continuidade do processo de acumulação. Esse processo se reflete na brusca elevação dos investimentos diretos brasileiros no exterior que

acumularam entre 2000 e 2008 mais de sete vezes o volume de toda a década de 90, tendo como espaço privilegiado a América do Sul. Essa internacionalização da burguesia se concentra setorialmente em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobras, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre). A expansão das transnacionais brasileiras caracteriza-se por ganhar posições monopolistas na região. Por exemplo, em 2006 a Petrobras correspondia a 17% do PIB da Bolívia, grandes produtores brasileiros controlam 95% da produção de soja paraguaia, Camargo Correa controla 50% do mercado de cimento argentino e Friboi controla o mercado de carnes, no Peru a Votorantim controla 62% da produção de zinco. Há o aumento dos conflitos envolvendo a burguesia brasileira em países da América do Sul – empresários da soja em terras paraguaias e bolivianas, Petrobras na Bolívia, Odebrecht no Equador (LUCE, 2008).

O governo Lula intensificou o trabalho de fortalecimento das relações Sul-Sul, a fim de diversificar os destinos das exportações brasileiras. Enquanto a burguesia industrial interna se beneficia com o aumento do acesso aos mercados de países periféricos, bem como a instalação das suas empresas nesses países, a burguesia agrária (*agrobusiness*) depende em grande medida dos mercados dos países centrais tendo como destino os EUA, Europa e China. É uma condição contraditória de dependência e conquista, de servidão e imposição ao mesmo tempo em que o Brasil ajuda a articular o projeto da UNASUL. Essa forma de pós-neoliberalismo distingue-se de outros governos latino-americanos, como de Cuba, Venezuela, Bolívia e, em menor medida, do Equador, que adotaram, em maior ou menor grau, ou optaram por políticas de confronto explícito com o ideário e os agentes neoliberais da antiga elite, investindo em educação pública, politizando setores que eram excluídos da cena política e incentivando amplos processos de transformação social, formas emergentes de auto-organização popular, criação de mecanismos redistribuição real de renda,

nacionalização de setores estratégicos da econômica e resistência ao imperialismo norte-americano. Em suma, as diferenças econômicas, políticas e ideológicas dos países que compõem a UNASUL refletem visões de segurança que dificilmente podem encontrar consenso na atual conjuntura. Uma visão estratégica sobre a segurança regional deve considerar as diferenças e antagonismos entre os projetos econômicos e políticos envolvidos. Mesmo assim, a UNASUL trabalhando com base nesses limites pode influir na dimensão política da segurança regional, já que essas diferenças devem ser levadas em conta pela importância da correlação interna das forças sociais dos países do que nas relações entre países sul-americanos. Somente nesse plano é possível formular uma estratégia de defesa regional correta contra os inimigos da soberania sul-americana, ao mesmo tempo em que seria viável e sustentável o desenvolvimento de um programa de superação das contradições sociais crônicas que precipitam as condições econômicas, políticas, sociais e materiais da região.

Os diferentes projetos políticos em disputa na América do Sul refletem, grosso modo, concepções diferentes de segurança regional. O que desponta como exceção nesse quadro de projetos “pós-neoliberais” é o caso colombiano. Esse projeto tem como principal marca a ligação umbilical com os EUA, cujo motor estratégico é o desenvolvimento da política de militarização/securitização da região sul-americana. Tal projeto está articulando uma ofensiva informal dos EUA na região, tornando a correlação de forças regionais cada vez mais próximas das pautas de segurança da doutrina baseada na “guerra ao terror”. Muitas vezes, se comenta como as dificuldades domésticas que a Colômbia enfrenta com relação aos temas de violência interna, terrorismo e narcotráfico debilitam as instituições democráticas e do Estado de Direito, prejudicando sua capacidade de participação ativa em suas relações internacionais. Sem dúvida, um dos maiores desafios da UNASUL é incorporar a Colômbia a seu processo de integração na dimensão de defesa, já que esse país representa o foco de maior instabilidade na região com uma

crescente capacidade de intervenção militar em todo o território sul-americano, além de expressar os interesses de securitização dos EUA na América Latina, com base nas singularidades da “guerra ao terrorismo” – vide a catastrófica situação no Oriente Médio. O xadrez da América do Sul tem na Colômbia um importante peão diretamente ligado com o Pentágono, atuando como um enclave na região, assim como Israel no Oriente Médio, servindo de espaço de militarização intensiva e podendo intervir em qualquer país sul-americano com tropas próprias. A Colômbia já é o maior e mais bem equipado exército da América no Sul, reconstruindo a questão da segurança na Amazônia e aumentando os desafios de uma articulação de defesa da UNASUL.

Um dos casos mais emblemáticos dessas políticas de segurança ocorreu em solo sul-americano em março de 2008, quando a Colômbia realizou um ataque armado contra um acampamento de lideranças das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) localizado em território equatoriano, a 1,8 km da fronteira entre os dois Estados, nas proximidades do povoado de Teteyé, no Departamento de Putumayo (sul da Colômbia), que faz fronteira com a Província de Sucumbíos (Equador). De acordo com o então ministro da Defesa da Colômbia, Juan Manuel Santos, a localização desse acampamento das FARC foi obtida por meio da interceptação, pela CIA, de ligações telefônicas feitas por Raúl Reyes, que à época era considerado o segundo na liderança das FARC e responsável por acordos diplomáticos desse grupo com autoridades estrangeiras, com o fito de libertar reféns em poder das FARC, entre os quais ainda constava a cidadã e política franco-colombiana Ingrid Betancourt. Confirmado o sucesso do bombardeio no teatro de operações equatoriano, que resultou em 22 baixas entre o grupo insurgente – considerado “terrorista” –, incluindo Raul Reyes, sua esposa Olga Marin, o artista e ativista guerrilheiro Julian Conrado, uma estudante mexicana e 3 guerrilheiras feridas, o governo colombiano autorizou um grupo especial para cruzar a fronteira com o Equador em helicópteros e reaver os corpos dos guerrilheiros e quaisquer materiais com

informações sobre as atividades do grupo, por exemplo, *notebooks* e telefones celulares. Todas essas ações do governo colombiano foram decididas de maneira unilateral e sem o conhecimento das autoridades equatorianas. A Colômbia não havia sido atacada militarmente pelas FARC desde o território equatoriano, tampouco fora atacada pelas forças armadas equatorianas. A Colômbia, assim, não poderia atacar de forma unilateral e antecipadamente os guerrilheiros no Equador. Essa ação extrapolou qualquer noção de respeito às fronteiras entre os países e à soberania nacional do Equador, além da segurança interamericana e à estabilidade sul-americana (PALACIOS, 2010).

Em última análise, essa situação de instabilidade territorial da Colômbia no contexto de forte militarização privada articulada pelo Departamento de Defesa e pelo Pentágono nos EUA demonstra o avanço de uma progressiva substituição da suspensão radical da lei por uma generalização do “paradigma da segurança” como técnica normal de governo. Isso faz com que o Estado trabalhe secretamente na produção de emergências contra os “inimigos internos” para assegurar sua legitimação – suas atividades “legítimas” de uso da ação violenta –, inclusive em territórios estrangeiros. Essa situação se torna ainda mais emblemática, já que as relações bilaterais entre EUA e Colômbia envolvem o uso de pessoal e meios civil e militar dos EUA, em pelo menos sete instalações colombianas, permanecendo estas sob controle e comando colombianos. Além das bases à disposição dos EUA, em Estigarriba, no Paraguai, e Arauca, Larandia e Tres Esquinas, já estão em operação na Colômbia as seguintes instalações de uso militar:

- a) base naval de Cartagena, na costa Caribenha da Colômbia, com projeção sobre o vital Golfo do México, base naval de Buenaventura, na costa atlântica como ponto de apoio especialmente para tropas anfíbias – essas instalações utilizam a singular projeção multioceânica da Colômbia formando um ponto sobre o canal do Panamá e

- permitindo sua eventual defesa de maneira bioceânica;
- b) base para forças terrestres em Tolemaida, próximas ao centro do país, e em Larandia, na porção centro-sudoeste colombiana. A base de Tolemaida é o centro das tropas de rápido emprego e ponto central das operações dissuasórias contra “narcoguerrilheiros” e outros grupos insurgentes. Tem como destaque extensa pista de pouso, de 2,8 km, que oferece condições de utilização de aviões de grande porte (suprimentos, tropas aerotransportadas, etc.). A base de Larandia conta com uma pista de pouso bem mais modesta (em tamanho – 1,7 km), notável por oferecer virtual projeção para as fronteiras peruana (170 km) e equatoriana (150 km) da Colômbia. Dessa forma, é teatro ideal tanto para garantir a segurança daquela porção da Colômbia quanto para projeção de poder e presença diante dos dois vizinhos e diante da sensível região da Amazônia colombiana, especialmente com o emprego de helicópteros;
- c) três bases áreas – Puerto Salgar, Malambo e Villavicencio. A primeira, mais importante, atualmente abriga a elite da aviação de caça colombiana conta com pista de 3 km, além de condições para expansão desta. A base, situada pouco a norte da posição da Base Terrestre de Tolemada, teria papel crucial na cobertura aérea do acesso ao Canal do Panamá, bem como na operação de aviação de maior autonomia noutras regiões, notadamente na porção nordeste do país. A segunda, ao norte, é próxima da Base Naval de Cartagena, que abriga o IV Comando Aéreo de Combate (CAC-4) colombiano e divide sua pista com o próprio aeroporto de Barranquilla/Cartagena. No caso das FFAA colombianas, serve principalmente para a aviação de ataque ao solo, onde operam os Emb-Supertucano da Força Aérea

Colombiana. Por sua proximidade com a fronteira norte com a Venezuela (210 km), a base poderia revestir-se de importância tanto na afirmação de presença neste país, na perseguição a guerrilheiros em busca de guarida lá ou mesmo na proteção da porção oriental do acesso ao Canal do Panamá e ao Golfo do México. A terceira é no centro da Colômbia, um pouco a leste da capital. É a sede do CAC-2 colombiano e sua pista de 2,5 km abriga aeronaves de ataque ao solo. A base tem uma posição privilegiada, auxiliando na proteção da capital e áreas próximas, além de servir de eventual ponto logístico de grande valia e quase equidistância do país todo e base para aviação de vigilância.

Pela logística geopolítica da instalação das bases, parece que elas são voltadas para a garantia de sete objetivos centrais:

- a) a segurança do acesso ao Golfo do México – do Caribe e do Atlântico Sul;
- b) manutenção de presença ostensiva na região como elemento dissuasório contra poderes não regionais e como elemento (des)estabilizador em região de potencial “instabilidade”;
- c) segurança do Canal do Panamá, rotas do Pacífico Sul e do acesso ao Estreito de Magalhães (rota indispensável para a comunicação de belonaves de grande porte das frotas do Atlântico e do Pacífico);
- d) posicionamento dos EUA como atores próximos na solução de crises regionais em todos os países sul-americanos;
- e) manutenção dos esforços de combate a insurgências baseada na “combate ao terror”;
- f) incremento da capacidade de vigilância e intervenção rápida de baixa intensidade, notadamente sobre algumas rotas aeronavais e

- sobre a porção norte do continente, graças à ótima qualidade da localização das bases;
- g) utilização de aparelhos privados militares orientados pelos interesses dos EUA em treinamento e execução de operações militares das mais diversas naturezas – ação militar direta, treinamento, vigilância, aprisionamento, etc.

Diante desse panorama, pode-se destacar que tais objetivos estratégicos entram em contradição com uma defesa da soberania sul-americana articulada pela UNASUL, seja pela projeção militarista de resolução dos conflitos ou pela potencialidade de lidar com agentes militares privados, verdadeiros engodos para qualquer política de defesa regional comum.

#### **4 REGULAÇÃO DAS EMPRESAS MILITARES PRIVADAS**

A nova geopolítica colombiana está ligada com um processo mais amplo que envolve a reestruturação das noções de “segurança” pela ampliação da segurança privada no sistema internacional pós-guerra fria. Ocorreu uma importante ampliação das preocupações tradicionais, relacionada com a “segurança”, incluindo novos temas e inimigos na agenda de segurança internacional e incluindo novos agentes não estatais. Desde os anos 80, começou a ocorrer o desmantelamento da arquitetura internacional com o surgimento e expansão de novos processos e atores que colocam em jogo as premissas básicas do sistema internacional moderno. Enquanto em grosso modo no período da guerra fria cada Estado – dentro de cada bloco respectivo – tinha sua soberania subsumida pela potência militar e econômica a que se vincula, EUA ou União Soviética. Com o fim da guerra fria, houve uma desarticulação das tensões internacionais em torno dessa dualidade, e os EUA aparecem como a única superpotência militar mundial capaz de derrotar qualquer “ameaça a segurança internacional”. Vale lembrar

que, por mais que a capacidade militar dos EUA continue crescente em relação ao resto do mundo, com a recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental, nos anos 60, e a vigorosa ascensão chinesa nos anos 90, o hiato de produtividade econômica entre esses países foi quase eliminado, tornando-se competitivos até mesmo no mercado interior dos EUA.

O contexto pós-guerra fria emerge com os EUA detendo a maior capacidade militar regular da história da humanidade. Ao mesmo tempo em que vem passa a perder progressivamente a legitimidade socioeconômica para o uso irrestrito da violência diante da queda dos “inimigos vermelhos”, sinalizando o início de uma fase de crise e transição na luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial (MARCELINO, 2011). Conforme Emmanuel Todd (2003), os EUA que foram uma potência incontestável entraram em um declínio irreversível. Não possuem mais o poder para dominar atores econômicos e estratégicos como a União Europeia, a Rússia, o Japão e a China. Sua importância para os outros diminui e a grande virada é que os EUA necessitam cada vez mais do resto do mundo para financiar sua condição de devedora mundial em última instância. Como reparou Robert Cox, é inevitável fazer um paralelo da condição dos EUA com a crise da URSS e seus índices decrescentes de produtividade, gastos militares elevados e um déficit orçamentário impossível de pagar (Cox, 2007, p. 404).

No sistema global, a legitimidade dos detentores de poder depende de modo fundamental não apenas de outros detentores de poder, mas também do consentimento daqueles sobre os quais o poder é exercido. Para Giovanni Arrighi (2008), com o fracasso no Iraque, os EUA ainda são dominantes, porém sem o poder hegemônico de outrora, já que não têm mais a capacidade de fazer o resto do mundo se mobilizar para atuar segundo seus interesses abrindo um período de caos sistêmico. Mesmo assim não se pode falar da perda da capacidade coercitiva relativa do poder norte-americano. O próprio Arrighi (2001, p. 104) admite essa

anomalia: enquanto fracassos sistêmicos anteriores foram marcados pela fusão do poder financeiro e militar sob a jurisdição da nação hegemônica ascendente, na atualidade ocorreu uma fissão destes dois poderes: o financeiro migrando para a Ásia Oriental e o militar permanecendo nas mãos dos EUA. É nesse contexto anômalo pós-guerra fria que houve a expansão das empresas militares privadas. Elas passam a cumprir um papel fundamental na estratégia norte-americana de “salvar-se da crise hegemônica” com a ampliação do novo paradigma de segurança que agora já inclui a possibilidade de intervenção militar global utilizando agentes de segurança privada. Seu poder territorial – que é cada vez mais usado por empresas de segurança privada – não tem precedente na história alcançando a cibernética e o campo espacial. Segundo Stephen Gill (2006, p. 51), os EUA possuem algo entre 700 e 1.000 bases militares em todo o mundo (dependendo de como são categorizadas e contatadas); possuem mais de 6.000 dentro dos EUA e em seus próprios territórios. Um pessoal uniformizado de cerca de 250.000 funcionários civis, mais 45.000 funcionários contratados localmente (o que não exclui os novos envios ao Iraque, aproximadamente 140.000, nem o pequeno exército de contratantes privados que trabalham a seu lado como parte do modelo dos EUA de operações de guerra quase privatizadas).

Com a crescente capacidade de intervenção militar houve principalmente da década de 90 um crescimento progressivo das empresas militares privadas estadunidenses e britânicas em zonas de conflito, formadas em sua maioria por ex-militares dos mais diversos países. A crescente utilização dessas organizações está ligada com as transformações no emprego das forças armadas e da violência internacional. O vácuo criado na arquitetura da segurança mundial pós-guerra fria impulsionou o processo de privatização e internacionalização das forças militares com a transformação das guerras de dimensão global por conflitos de baixa intensidade e reduzida expressão estratégica.

Peter Singer (2008) entende o processo de privatizações das forças militares, encabeçado pelos EUA e pelo Reino Unido no final dos anos 70 e durante os anos 80 como uma mudança fundamental de mentalidade para o aumento da presença das forças de empresas nos conflitos. A neoliberalização iniciada antes do final da guerra fria difundiu a percepção de que a privatização geraria “respostas eficientes e efetivas do mercado” em comparação às respostas burocráticas dos aparelhos estatais. Diversos outros países passaram, durante os anos 80 e 90, por cortes nos gastos e privatização de bens públicos. Esse processo ajuda a compreender o aumento da contratação de empresas por Estados e a diminuição de suas forças militares regulares. Como lembra Pelton (2006), o primeiro movimento norte-americano para a substituição de sua rede fixa de logística pela contratação de serviços terceirizados data de 1985, durante o governo Reagan, ícone da instauração do neoliberalismo nos EUA. Já na Guerra dos Bálcãs, final dos anos 90, conforme Schwartz (2010), mais da metade dos homens do Departamento de Defesa fossem terceirizados. Sua atuação é multifuncional e nos mostra o alcance com que se desenvolveu esse setor do mercado. Podem ser encontrados serviços dessas empresas em assistência humanitária, nas guerras, operações de reconstrução nacional, guarda, movimentação financeira, serviços de alarme, segurança eletrônica, aérea, proteção executiva, diplomática, de bens, plantas industriais, embaixadas, centros de organizações internacionais e instalações de empresas multinacionais, construção de presídios, transporte, policiamento, logística e serviços de inteligência, treinamento de tropas e, em algumas ocasiões, no combate de fato. Seus clientes são Estados, ONGs, empresas multinacionais, organizações internacionais, executivos, jornalistas, políticos, entre outros, que estimulam um crescimento acelerado da demanda para esse tipo de “serviço” no mercado internacional de segurança privada. Dessa forma, tais empresas transnacionais representam uma enorme fonte de lucros, pois movimentam cerca de 100 bilhões de dólares por ano. Desde

os atentados de 11 de setembro, foi um dos únicos negócios que tiveram uma disparada nas bolsas de valores.

Um dos resultados dessa “nova morfologia da soberania pós-guerra fria” é a inaplicação prática de conceitos como “estado de guerra” ou “estado de paz” já que a divisão estrita de cada um se tornou completamente difusa, e os agentes que implicariam guerras transbordam dos exércitos regulares nacionais para uma combinação militar público-privada com uma mescla escusa de interesses. Nesse processo de expansão dos agentes de segurança privados, houve uma normatização da possibilidade de suspensão dos direitos individuais extrajudicialmente, tanto no âmbito dos direitos internacionais quanto propriamente dos direitos norte-americanos criando, em termos jurídicos, situações inclassificáveis. Esses atores que fomentam os campos de exceção não são necessariamente governamentais como no caso dos talibãs presos (ou qualquer outro indivíduo suspeito de atividades terroristas) que não são classificados nem como presos de guerra, de acordo com a Convenção de Genebra, nem como alguém que transgrediu a lei norte-americana. Também entram nesta categoria juridicamente indeterminada os neomercenários, sujeitos empregados pelas empresas militares privadas (EMPs) que se encontram numa zona de indiferença jurídica, sendo impuníveis segundo qualquer padrão normativo internacional. Essa situação precipita situações de impunidade dando poder a agentes militares privados de decidir qual vida pode ser morta sem que cometa homicídio, além de tantas outras infrações aos direitos humanos mais básicos. Funcionários das EMPs não se encaixam na categoria de soldados regulares e, assim, não podem ser punidos pelos códigos militares tradicionais. Seu estatuto excepcional não pode ser definido como de direito, aproximando-se de um “paradoxal limiar de indiferença” entre violência e direito. Como não existem diretrizes que orientem a direção, gestão, controle e punição das companhias e seus empregados, essa situação generaliza a insegurança nos territórios.

Em que isso está relacionado com a segurança regional sul-americana? Como escreve Brancoli (2010), criado em julho de 2000 pelos EUA, o “Plano Colômbia” destina-se oficialmente a combater a produção e o tráfico de cocaína no país da América do Sul, atuando também no combate às guerrilhas, como as FARC. O programa injetou até 2009 aproximadamente 1,3 bilhão de dólares, com foco principalmente no campo militar e estratégico. Desse montante, cerca de 60% são direcionados para empresas privadas de segurança. É interessante ressaltar, entretanto, que a utilização não é exclusiva de empresas privadas de segurança norte-americanas. Empresas israelenses e francesas também possuem contratos com o país sul-americano, além de casos em que as EMPs são contratadas por companhias privadas para garantir a segurança de executivos. Das 23 empresas que possuem contratos com os EUA, a maioria está envolvida com o treinamento de tropas, utilização de ferramentas de sensoriamento remoto e auxílio no combate direto à guerrilha, principalmente com a utilização de apoio aéreo. Ao todo, cerca de 800 indivíduos estão atuando diretamente em campo. Desse total, a maioria está contratada pela estadunidense DynCorp, que recebe 25% de todo a verba destinada para EMPs.

Com a ampliação das atividades de EMPs houve uma transferência de soberania do Estado aos agentes militares privados que detêm a “legitimidade” por meio das estruturas corporativas, podendo suspender a normatividade e atuar como atores “fora da lei”. Essa militarização privada das relações entre os EUA e a América Latina avança como parte da militarização de toda política externa de Washington no século XXI. Desse modo, a superpotência em declínio tenta retardar o processo que a converterá em uma de outras seis ou sete potências no mundo. No caso da IV Frota na Colômbia, ela já é o braço militar mais experiente e mais bem preparado para intervenções “humanitárias” em “situações de emergência”. Haiti e Honduras não serão as exceções, mas os primeiros capítulos de uma nova série pautada pelo

posicionamento militar dos EUA em toda a região, cujo elo mais forte é a Colômbia.

## 5 CONCLUSÃO

Os diferentes projetos políticos em disputa na América do Sul refletem concepções diferentes de segurança regional. No caso colombiano, a ligação umbilical com os EUA, cujo motor estratégico é o desenvolvimento da política de militarização/securitização da região sul-americana, traça um importante desafio para o Conselho Sul-Americano de Defesa. Nesse panorama geral é que uma correta política de segurança regional pode encontrar saídas viáveis para nossos impasses atuais, encontrando as determinações mais amplas das transformações correntes no sistema regional. Estabelece-se na América do Sul novas formas de privatização das forças armadas e de segurança que traz como desafio crucial do jovem Conselho Sul-Americano de Defesa a criação de mecanismos e dispositivos para extinguir e regular a atuação irrestrita desses atores extramilitares que começam a se apresentar como um importante fator de instabilidade regional. O caso colombiano demonstra que a segurança territorial da região amazônica é ameaçada pelo transbordamento dos conflitos “domésticos” contra o “terror” na região. Na sensível região amazônica, uma ofensiva militar e extramilitar privada pode embaralhar os paradigmas de segurança convencionais, já que envolve o tratamento de agentes que não fazem parte do clássico campo de batalha. São mercenários empregados por empresas transnacionais que se encontram fora da hierarquia militar e do sistema jurídico local.

Em nosso artigo, buscamos enfatizar que a livre atuação e a competição dessas empresas militares privadas podem ser uma das principais ameaças à segurança sul-americana em especial da região amazônica. Isto é, qualquer projeto de segurança na América do Sul envolve certo entendimento de que a real ameaça vem de fora para dentro

de maneira informal e privada. Tal ameaça pode ser atraída pelas mais diferentes razões, como recursos naturais, produção de alimentos, biogenética e energia disponível na região sul-americana.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ-Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BANDEIRA, Muniz Luiz. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Espaço Acadêmico**, n. 89, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf>>.

BIGWOOD, Jeremy. **Dyncorp In Colombia**: outsourcing the drug war. Disponível em: <<http://www.corpwatch.org/article.php?id=672>>.

BRANCOLI, Fernando. Empresas militares privadas: plano Colômbia e repercussões no monopólio estatal do uso da força na América do Sul no pós-guerra fria. III ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Anais...** Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT04/Fernando%20Luz%20Brancoli.pdf>>.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci**: materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

LUCE, Mathias. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

GILL, Stephen. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

MARCELINO, Fernando. A China diante dos desafios internacionais pós-hegemônicos no século XXI: alternativas de poder num período de caos sistêmico. III ENCONTRO NACIONAL ABRI, 2011. **Anais**.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarolo y revolución**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

PALACIOS, Alberto. Os desafios da criação do Centro Sul-americano de Estudos Estratégicos (CSEEDUNASUL) e a integração de defesa na América do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page9/page2/page7/files/albertomontoya.pdf>.

PELTON, Robert Young. **Licensed to kill: hired guns in the war on terror**. New York: Three Rivers, 2006.

SADER, Emir. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. **Margem Esquerda**, n. 16, 2011.

SCHWARTZ, Moshe. Department of Defense contractors in Iraq and Afghanistan: background and analysis. **Congressional Research Service**, 2 jul. 2010.

SINGER, Peter. **Corporate warriors**: the rise of the privatized military industry. Ithaca: Cornell University, 2008.